

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1275 - 15/09/2014 a 21/09/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

ELEIÇÕES 2014

NA RETA FINAL



HISTÓRIA

Bolivarismo
Venezuelano

CENSO

Somos mais de
200 milhões

RR2 PRO

As explicações
da Monsanto

Aos Leitores



Há uma frase curta que os candidatos nas eleições majoritárias não beneficiados pelos números de pesquisas eleitorais tem na ponta da língua: “pesquisa é apenas o retrato de um momento da campanha”. Ela esconde na verdade a esperança de que na próxima pesquisa a mocinha-bonita-apresentadora ou o galã-apresentador mostre gráficos e números otimistas, que não lhes tirem mais o sono.

Há ainda aqueles que teimam em não acreditar no que Ibopec e DataFolhas da vida revelam e que são comprovados quando, no dia fatídico da eleições, surgem as primeiras notícias da chamada Boca de Urna.

Estamos na reta final da atual campanha, período em que, como diz o título da matéria de capa desta edição, “O chicote esta solto”. No plano nacional os ventos tomaram outros rumos com a morte do candidato Eduardo Campos, em 13 de agosto passado, desvanecendo os planos do PT de reeleger a presidente Dilma Rousseff já no primeiro turno. Os principais pontos dos programas de Dilma, Aécio e Marina Silva estão nestas páginas.

No Paraná a candidata petista Gleisi Hoffmann e o peemedebista Roberto Requião tentam provocar o segundo turno contra Beto Richa. Viveremos as grandes emoções nesta reta final

Índice

Eleições 2014	03
Dilma	04
Aécio Neves	07
Marina Silva	10
Relatório USDA	13
História - Venezuela	14
Censo	16
Bactérias do Bem	18
Áreas de Refúgio	20
Agrinho/Suínocultura	22
Cerca Elétrica	23
RR2 PRO / Nota	24
Eventos Sindicais	26
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O chicote está solto



No tempo em que os Grandes Prêmios levavam damas e cavalheiros empateados aos hipódromos, sabia-se que o cavalo vencedor surgiria na última curva. Mal comparando entramos na última curva do primeiro turno das eleições presidenciais deste ano para cruzar as urnas em 5 de outubro e, 21 dias depois, em segundo turno.

Nesse trecho, em mais uma comparação, o chicote come solto. É o que acontece e se acentuará contra a candidata Marina Silva (PSB) pela ação do marqueteiro de Dilma Rousseff (PT), o baiano João Santana, curiosamente nascido na cidade de tucano. “A Dilma vai ganhar no primeiro turno, em 2014, porque ocorrerá uma antropofagia de anões. Eles vão se comer, lá embaixo, e ela, sobranceira, vai planar no Olimpo”, profetizou (e errou) Santana em outubro do ano passado.

Como o que está em jogo é um Estado que vai arrecadar mais de 1 trilhão e 700 bilhões de reais, mais de 22 mil empregos aparelhados em estatais e congêneres, ocupados nestes últimos 12 anos, o chicote, de fato, está comendo e a candidata petista instrumentada pelo seu marqueteiro, é a porta-voz. Mas há ricocheteios no alvo do chicote salvador.

Em busca do novo ou como classificou o jornalista e blogueiro do site UOL, Josias de Souza, Marina capta o chamado voto

dos que estão “de saco cheio”, ou querem mudanças na política e no comando do país, cansado das estripulias, impunidade e corrupção deslavada, hoje mais exposta pela ação de quadrilheiros na Petrobras.

Há 22 anos, James Carville, estrategista do presidente Bill Clinton, proferiu e tornou a frase famosa “É a economia, estúpido!”. Ele convenceu a campanha de Clinton a apontar para os problemas cotidianos da população. Deu certo e Clinton foi eleito.

Se a frase vale no Brasil, as notícias negativas diárias sobre a economia que afunda em números cada vez piores (veja na pág. 06) deveriam causar estragos na campanha de Dilma. Ocorre que “recessão técnica”, “queda na classificação de risco”, “contabilidade criativa” são expressões gregas para a população.

Mas a estupidez da economia começa a chegar na vida das pessoas. O governo, para segurar a inflação, congelou os preços da gasolina e diesel e maneiou a da energia elétrica, o que obrigatoriamente serão disparados após as eleições, tiro direto no bolso dos brasileiros. O consumo se retrai e o comércio pena; indústria não cresce; há sinais de desemprego. No panorama geral o agronegócio vai relativamente bem devido às exportações, mas no mercado interno aquela história de “plante que o governo garante preços mínimos” não vale. O feijão é o exemplo.

O resumo do Programa de Dilma



A presidente Dilma Rousseff não tem um programa de governo caso seja reeleita, mas uma espécie de relatório da sua administração. Ele está no site:

<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>

“Estamos lançando um novo ciclo histórico de prosperidade, oportunidades e de mudanças. Um dos alicerces deste novo ciclo é o fortalecimento de uma política macroeconômica sólida, intransigente no combate à inflação e que proporcione um crescimento econômico e social robusto e sustentável. Crescimento econômico estimulado pelo aumento da taxa de investimento da economia e pela ampliação de um mercado doméstico sólido e dinâmico, e que ocorra sem obstáculos, graças à expansão dos investimentos em infraestrutura. Prosperidade social que seja acompanhada pela geração de oportunidades para todos, por meio dos programas de inclusão dos historicamente excluídos e da educação para elevar a formação e a qualificação científica e técnica de nosso povo.

Outro alicerce é nosso compromisso com o Brasil produtivo. As nossas políticas Industrial, Científica, Tecnológica e Agrícola vão atuar para reduzir os custos de investimento e produção, estimulando nossa capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos e melhorando o ambiente de negócios do país.

Incentivaremos o empreendedorismo ao reduzir drasticamente a burocracia, que impõe um alto custo para as empresas. Simplificar será uma diretriz para a relação do estado com as empresas. Vamos informatizar, criar cadastro único e diminuir o volume de documentos e registros demandados do cidadão. Vamos construir um estado cada vez mais eficiente, transparente e moderno.

A política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT e dos partidos aliados é baseada na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros; na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do país; na inflação baixa e estável; no rigor da gestão fiscal; na ampliação do investimento público; no incentivo ao investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre estado e iniciativa privada. A esses elementos foram agregadas medidas para promover maior competitividade de nossa estrutura produtiva, como desonerações tributárias, redução dos custos de produção, crédito em condições adequadas, incentivos à inovação

e os investimentos crescentes em educação. Entre as desonerações promovidas no governo Dilma, vale destacar as da cesta básica e da folha de pagamentos, esta última beneficia 56 setores.

O Plano Brasil Maior foi o condutor da agenda de política industrial implementada no governo Dilma, com o propósito de aumentar a capacidade competitiva da nossa indústria, particularmente em um período de grandes adversidades internacionais. Com o Brasil Maior, defendemos a produção nacional por meio de políticas de compras governamentais, fixando margens de preferência para produtos.

Agronegócio e agricultura familiar

Foram adotadas também políticas consistentes e continuadas de apoio ao agronegócio e à agricultura familiar. A produção de grãos saltou de 96 milhões de toneladas em 40 milhões de hectares, na safra 2001/2002, para 191 milhões de toneladas em 56 milhões de hectares, na safra 2013/2014. Tamanho aumento da capacidade de produção e da produtividade foi possível pela expansão do crédito e das políticas de apoio à produção e será ainda mais impulsionada pela conclusão de obras estratégicas de infraestrutura. Para a safra de 2014/2015, estão previstos R\$ 156,1 bilhões para financiar o agronegócio. Como resultado da política de fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, seguro e políticas de comercialização, a renda no campo aumentou 52%, em termos reais, nos últimos quatro anos. Para a safra 2014/2015, o crédito para agricultura familiar será de R\$ 24,1 bilhões. Conseguimos aprovar, em 2013, o novo Código Florestal, que garantiu as bases mais sustentáveis para a produção agrícola e mais segurança jurídica para os produtores. Também aprimoramos os mecanismos de licenciamento ambiental e avançamos na regulamentação do uso sustentável de nossa biodiversidade. Este é o primeiro pilar do modelo de desenvolvimento sustentável que mudou o Brasil. Ao final de três mandatos, todos os indicadores econômicos do período são positivos e sempre muito melhores que os vigentes em 2002, quando a inflação anual chegou a 12,5%. Em 2013, estava num patamar de 5,9% e a expectativa para 2014 estará dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Infraestrutura/Logística

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa de Investimento em Logística, os governos do PT assumiram a histórica tarefa de investir na infraestrutura logística Brasileira, fundamental para o crescimento e a competitividade de nossa economia.

Investimentos públicos e parcerias com a iniciativa privada estão mudando radicalmente nossas rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, nossa capacidade de geração de energia e nossa infraestrutura urbana, com destaque para habitação, mobilidade e saneamento básico.

O Brasil dos governos do PT e de seus aliados ficará marcado como o período da história recente com mais entregas de grandes obras de infraestrutura. Desde 2007, foram concedidos 8.630 km de rodovias, que correspondem a 13% da malha rodoviária federal, e foram construídos ou duplicados 6,1 mil km de rodovias. Após décadas de paralisação de investimentos em ferrovias, foram construídos 1,96 mil km de novas ferrovias e o novo modelo de concessão e operação ferroviária foi aprovado. Para aumentar a produtividade de nossa infraestrutura portuária, concluímos a dragagem de 13 portos e ampliamos berços, cais e melhoramos acessos terrestres em nove portos.

Foram instituídas medidas para reduzir o custo da energia, melhorando a competitividade da indústria brasileira e desonerando os consumidores. Foi antecipada a renovação das concessões de usinas antigas que já estavam amortizadas, proporcionando redução do custo da energia de, no mínimo, 18%. No mesmo período, construímos 43,5 mil km de linhas de transmissão, reforçando o Sistema Integrado nacional, garantindo o fornecimento seguro de energia. Na área de petróleo e gás, o resultado de maior destaque foi, sem dúvida, a descoberta do pré-sal.

Política ambiental

Para assegurar maior efetividade da política ambiental, fortaleceremos a coordenação intergovernamental, em âmbito nacional, de modo a somar os esforços da União àqueles dos estados e municípios, em especial nas áreas de licenciamento ambiental, recursos hídricos, mudança climática e florestas. As três instâncias de governo são protagonistas da política ambiental do país e a sinergia entre elas é fundamental para a qualificação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Aprofundaremos o processo de modernização do licenciamento ambiental em curso com a regulamentação da Lei Complementar 140. A segurança hídrica será tratada com prioridade, mobilizando ações compartilhadas e concatenadas das três esferas de governo para que as necessidades múltiplas de uso da água – consumo humano, irrigação, hidroelétricas, pecuária e outros – sejam levadas em conta de forma racional e sustentável.

Corrupção

A criação do Portal da Transparência, que facilita o acompanhamento de políticas públicas pela sociedade; a afirmação da Polícia Federal como uma polícia de Estado, autônoma e republicana, que não persegue inimigos ou protege amigos; a edição da Lei de acesso à informação; a institucionalização de um organismo com o objetivo de traçar políticas e formular propostas unificadas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, a nomeação de Procuradores da República que garantiram, de fato, a plena autonomia funcional ao ministério Público Federal; a instituição da Comissão da Verdade, que

exerce o papel histórico de resgatar a memória dos brasileiros que lutaram contra a ditadura militar.

No segundo governo Dilma serão ampliadas as medidas já tomadas ao longo destes anos. Devemos propiciar a criação de mecanismos que transfiram estas conquistas institucionais também para o âmbito de Estados e municípios. Por meio do governo digital, vamos utilizar cada vez mais a internet para que o cidadão acompanhe, com facilidade e transparência, a destinação dos recursos públicos. Combater a impunidade de corruptores e corruptos, por meio de mudanças na nossa legislação, especialmente por meio de uma reforma de nosso processo penal, é uma meta que teremos forte empenho em cumprir. Estruturar ainda mais e ampliar a eficiência dos órgãos públicos que têm por

competência o enfrentamento e a investigação da improbidade e o desvio de recursos é um compromisso que continuaremos a manter permanentemente com a sociedade brasileira, independentemente dos interesses políticos e econômicos que possam vir a ser afetados.

Federalismo

Para mudar ainda mais o Brasil, propomos enfrentar o desafio da realização de uma reforma federativa que defina melhor as atribuições dos entes federados – União, Estados e municípios. A reforma é necessária para conferir maior agilidade e qualidade aos serviços públicos prestados.

A implosão da economia

Além do rombo nas contas externas, do aumento da inflação, aumento da inadimplência e da conquista dos juros recordes para pessoa física, o governo federal somou recentemente outro louro para esta gestão econômica, o Brasil entrou oficialmente em recessão técnica, que ocorre quando há dois trimestres consecutivos de retração do PIB. De acordo com o IBGE, houve recuo de 0,2% entre janeiro e março, e outro recuo de 0,6% entre abril e junho na comparação com o ano anterior. Tal feito não é observado desde a crise financeira global de 2008.

O PIB per capita, que é a divisão do PIB pela população, também encolheu durante a gestão Dilma. Segundo dados do Banco Mundial, em 2011 este número era de US\$ 12.576,20. Em 2012 caiu para US\$ 11.319,97 e em 2013 para US\$ 11.208,08.

Outro feito foi a explosão das contas do governo central, que inclui o Tesouro, Banco Central e Previdência Social. Em julho registrou déficit primário de R\$ 2,196 bilhões, o pior resultado para este mês desde o início da série histórica em 1997. Também o setor público consolidado, que abrange governo central, Estados, municípios e empresas estatais, registrou um déficit histórico de R\$ 4,715 bilhões em julho, pior resultado desde dezembro de 2001.

Outro indicador importante, que é a poupança dos brasileiros, preocupa. No acumulado de 2014 ela está em R\$ 14,16 bilhões. No mesmo período de 2013, ela era três vezes maior: R\$ 42,25 bilhões.

As vendas no comércio também apresentaram resultados ruins. Na comparação entre junho e julho, houve queda de 1,1%, o pior resultado desde outubro de 2008. A indústria brasileira de veículos registrou queda de 22,4% na produção em agosto.



As principais propostas de Aécio



O programa de Aécio Neves pode ser encontrado no endereço:

http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf

Aécio Neves, candidato da Coligação Muda Brasil à Presidência da República comprometeu-se a firmar parcerias com o agronegócio brasileiro para tornar o setor mais produtivo e reafirmou que irá resgatar o etanol como fonte de energia renovável.

Aécio lembrou a importância de fortalecer o agronegócio para impulsionar a economia e a competitividade do Brasil. “Tenho uma parceria com o agronegócio que não é feita por conveniência, mas por absoluta convicção da importância do apoio que o governo tem que dar a esse setor, para que ele se torne cada vez mais competitivo, com investimento em logística e com a diminuição do custo Brasil”, afirmou.

Para o candidato, o atual governo de Dilma Rousseff falhou em compreender a ampla importância estratégica do etanol do “ponto de vista econômico, social e também ambiental”. Segundo ele, é fundamental o resgate do combustível para que o país cresça de forma sustentável.

“O Brasil é o único país do mundo que vai na contramão da sensatez, porque nós subsidiamos combustíveis fósseis quando temos uma matriz energética extraordinária. A própria biomassa poderia hoje ter uma participação muito expressiva na nossa matriz energética, equivalendo quase à geração de uma usina Belo Monte, e não tem, pela incapacidade desse governo de compreender a importância do setor”, ressaltou Aécio.

Desburocratização

Nosso objetivo é simplificar a vida das pessoas – trabalhadores, empresários, donas de casa, organizações, etc. A vida mais simples significa gastar menos tempo para atender às necessidades de cada um. Não devemos esquecer que o desperdício de tempo é um custo, para as empresas, para as pessoas e para o Brasil.

Infraestrutura e Logística

A modernização, maior eficiência e capilaridade da infraestrutura no Brasil se faz premente para promover o crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida da população. O objetivo é investir mais e melhor.

1. As reformas que serão promovidas pelo nosso governo irão abarcar cinco pontos essenciais, que serão atacados em simultâneo: Planejamento, de forma racional, avaliando custos e benefícios, ouvindo a sociedade, investidores e usuários; execução das obras de forma competente, com base em projetos bem elaborados e consistentes com as melhores práticas; regulação, com independência e transparência, equilibrando o interesse de concessionários e usuários, tendo em vista permanentemente o interesse público e a redução dos riscos de frequentes mudanças de regras; financiamento com recursos públicos e/ou privados, conforme exigir cada projeto, para alavancar o setor de infraestrutura e logística; e modelagem cuidadosa dos setores, evitando introduzir mudanças radicais e extemporâneas com consequências incertas.

2. O investimento em infraestrutura será uma política de Estado, que reconhecerá as obrigações do Estado no âmbito do planejamento e da regulação. Caberá ao Estado assegurar que os projetos obedeçam a uma lógica de planejamento, e que sejam regulados e fiscalizados por agências de fato independentes.

3. Melhora significativa no planejamento e nas decisões dos investimentos, para definir corretamente as prioridades, eliminar os desperdícios, as sobreposições, e a falta de articulação entre os modais, no caso de transportes. Iremos planejar atendendo ao interesse público do conjunto da população – o que é o primeiro grande passo para a mudança da infraestrutura do país.

4. Não serão iniciadas obras sem o respectivo projeto básico e executivo confiáveis, nem tampouco sem os respectivos orçamento e projeções plurianuais.

5. Inclusão da variável ambiental e dos custos ambientais de mitigação e compensação já nas primeiras fases de análise da viabilidade dos empreendimentos (projetos e obras) de infraestrutura.

6. Reconhecimento dos recursos privados como parte importante do financiamento à infraestrutura no país, inclusive por meio de PPP.

7. Criação de novo modelo para o investimento em infraestrutura, reduzindo a incerteza regulatória e promovendo a estabilidade nos modelos de operação, visto que os investidores no setor trabalham com um horizonte de planejamento de médio e longo prazo.

8. Estímulo à infraestrutura de comunicações, com garantia de acesso dos brasileiros a internet de qualidade e com custo compatível, garantindo o acesso gratuito quando necessário, em especial para atividades de cunho social e inclusivo.

9. Melhoria constante da infraestrutura para a melhor prestação de serviços públicos, especialmente de transporte (em todos seus segmentos), energia, saneamento e telefonia (em suas modalidades), com garantia da qualidade do serviço.

10. Implantação de amplo programa de hidrovias em todo o país, com pleno uso do potencial das bacias hidrográficas brasileiras.

Política Agrícola

O Brasil se tornou uma potência agrícola internacional, com uma crescente importância na geopolítica do abastecimento global de alimentos. Essa posição tenderá a se consolidar e crescer nas próximas décadas, dado que a demanda mundial seguirá crescendo e poucos países poderão atendê-la. Iremos promover uma política agrícola voltada para o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo aumento do consumo interno que será induzido pelo crescimento do emprego de qualidade e da renda, bem como pelo mercado internacional. O apoio ao agronegócio é fundamental para a economia brasileira.

1. Resgate da qualidade e dos recursos alocados aos investimentos em infraestrutura no país, inclusive por meio de PPP, para que eles efetivamente saiam do papel, e promovam melhorias relevantes na infraestrutura, que hoje é um dos maiores gargalos para o crescimento da produção e para o fortalecimento da agropecuária.

2. Criação de regras claras para o desenvolvimento, o uso e a multiplicação dos diferentes produtos e processos da biotecnologia. A falta de clareza das regras vem desestimulando o investimento privado e comprometendo seriamente o surgimento de novas tecnologias. É preciso repensar o papel central da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), visto que as decisões acerca de biotecnologia devem ser tomadas por especialistas. Seriedade, transparência e agilidade são os elementos chaves para que novas tecnologias permitam o desenvolvimento da agricultura brasileira, tendo por primado a proteção da saúde humana e do meio ambiente.

3. Estímulo à implantação da Agricultura de Baixo Carbono.

4. Resgate dos investimentos em pesquisa pública no país, integrando na forma de redes de trabalho os sistemas federais, estaduais e privados de pesquisa. A rede de desenvolvimento tecnológico irá envolver as universidades de ciências agrárias e biológicas.

5. Promoção da melhoria do sistema brasileiro de patentes, não apenas para o caso da pesquisa na área de biotecnologia, conferindo-lhe mais agilidade. É fundamental garantir o respeito ao direito de propriedade sobre a patente, reprimindo o uso indevido dos diferentes produtos e processos (pirataria).

6. Melhoria da alocação de recursos orçamentários para a defesa sanitária, com a consequente cobrança de aumento da qualidade dos serviços.

7. Ampliação do quadro de técnicos da vigilância sanitária e desenvolvimento de trabalho conjunto com as vigilâncias sanitárias estaduais, a fim de otimizar os resultados das estruturas existentes.

8. Desenvolvimento de ações de controle e combate a doenças e pragas, com o setor privado, comunidade científica e sociedade civil.

9. Harmonização dos sistemas de vigilância do Brasil com os demais países da região.

10. Erradicação da febre aftosa em todo o país, sem distinção de região. Priorização do controle e erradicação de zoonoses, tais como tuberculose, raiva, brucelose e clostridiose.

11. Implantação de ações de educação sanitária dos produtores.

12. Priorização do Programa Nacional de Controle de Resíduos.

13. Estimulo à adoção voluntária de certificação e de organização, divulgando aos produtores os diferentes sistemas de certificação, e

exigência de rastreabilidade em produtos de maior risco sanitário.

14. Proteção ao risco de catástrofe.

15. Proteção ao risco de preço. O elemento de defesa de risco mais adequado ao uso pelos agricultores é o mercado de opções, que deverá ser desenvolvido e estimulado no Brasil.

16. Estimulo e divulgação dos mecanismos de financiamento da agricultura, especialmente no que diz respeito ao Banco do Brasil.

17. Regularização da titulação de todas as propriedades brasileiras, com o reforço da unificação dos cadastros estaduais e federais no que diz respeito à titulação das propriedades, estabelecendo um cadastro único de terras.

18. Estimulo à adesão dos produtores ao regime de pessoa jurídica, o que será alavancado pelo desenvolvimento de um modelo tributário tipo "Simples Agrícola".

Reforma agrária e propriedade

1. Respeito ao direito de propriedade

2. Fazendas invadidas não serão desapropriadas por dois anos

3. Reforma agrária com foco na geração de renda

4. Apoio técnico e tecnológico para os assentamentos de reforma agrária.



Eleições 2014



ORDEM E PROGR

Programa de Marina Silva



O programa de governo da candidata à presidência pelo PSB, Marina Silva, foi divulgado no último dia 29 de agosto. **Para ler o plano na íntegra basta acessar** <http://marinasilva.org.br/programa/#>. Confira, a seguir, os principais pontos do texto quando se trata do setor de agronegócios:

Reforma agrária

Atualizar os indicadores de produtividade agrícola e acelerar o diagnóstico da função social da propriedade rural nos aspectos produtivo, ambiental e trabalhista, permitindo a rápida desapropriação nos casos previstos em lei ou premiando aqueles que fazem uso correto da terra, por meio da criação de um Selo da Função Social;

Estabelecer os parâmetros para unificar o cadastro de terras, o que envolve desde a precisão dos dados a coletar, arma-

zenar e atualizar até a forma de torná-los públicos e de acessá-los, a fim de discriminar positivamente os diferentes estabelecimentos e as respectivas formas de propriedade fundiária, algo vital para definir as contrapartidas socioambientais a cobrar de cada segmento, bem como para fazer justiça tributária;

Priorizar e qualificar os processos de regularização fundiária, especialmente na Amazônia, no Nordeste, na faixa de fronteira e nos territórios quilombolas;

Profissionalizar a gestão da política agrária, não permitindo o aparelhamento político de seus órgãos (Incra, MDA etc.);

Reorganizar o Incra e dotá-lo de recursos e competências que lhe permitam atuar no apoio aos assentamentos rurais e desenvolver programas de assistência aos assentados.

A coligação Unidos pelo Brasil entende que a reforma agrária exige que se expanda o foco de atuação do governo para esferas além da questão da justiça social, da solução de conflitos territoriais

agrários e da reversão do êxodo rural. É necessário integrar os assentados e os pequenos produtores na atividade econômica por meio do acesso à terra produtiva. Além disso, a localização do assentamento deve ser compatível com produção diversificada de alto valor agregado e de qualidade para abastecer os centros urbanos mais próximos.

Quanto à regularização, existem no Brasil três diferentes cadastros de terras que devem ser modernizados e unificados num Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. Há o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Incra. Outro é o Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir), da Receita Federal. O terceiro é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Ministério do Meio Ambiente. Desse desconhecimento da malha fundiária resultam o sobrecadastramento, os conflitos por terra, as grilagens, as fraudes nos registros e a falta de controle sobre a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Há casos em que as terras cadastradas superam a própria superfície territorial. Isso atinge mais de 1.300 municípios, inclusive capitais como Palmas (TO) e Cuiabá (MT).

Em alguns casos, a terra cadastrada a mais chega a dez vezes o tamanho da superfície. Somado, o sobrecadastramento de terras no país chega a 58 milhões de hectares, área do tamanho de Minas Gerais. Depois da reforma do Código Florestal, iniciou-se um esforço de unificação destes cadastros. É fundamental realizá-la. Por fim, apesar de sua história respeitável, o Incra carece dos requisitos para fazer uma reforma agrária como a que propomos. Esse problema também será enfrentado em nosso governo.

Meio ambiente

O texto propõe ampliar para 40% a área de florestas plantadas e zerar a perda de cobertura florestal no Brasil. Também sugere a criação de dois novos órgãos: o Conselho Nacional de Mudanças Climáticas e a Agência de Clima. Ela ainda defende que órgãos públicos cumpram metas de redução da emissão de gases de efeito estufa, e propõe que servidores passem por cursos de educação ambiental. Marina ainda propõe dar incentivos para que o setor agrícola promova a “Agricultura de Baixo Carbono” e desenvolver um programa de compensação financeira em troca de serviços de preservação ambiental.

Leia os principais pontos:

- Uma primeira política nesse sentido será garantir os aportes necessários para o atendimento dos objetivos do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que deverão ser financiados pelo poder público ou por meio de linhas de crédito. Os recursos serão destinados a estimular o manejo e a recuperação de pastagens, especialmente na Amazônia Legal. O limite de crédito por tomador no âmbito do Plano ABC será ampliado dos atuais R\$ 2 milhões por ano para R\$ 5 milhões por ano. Promoveremos a meta de desmatamento zero, detendo o avanço da agropecuária nas áreas de florestas e direcionando-a para as já desmatadas. Alavancar e multiplicar a recuperação de áreas

degradadas em todos os biomas é outra alternativa. Para concretizar esse propósito, é fundamental garantir a completa implementação do Cadastro Ambiental Rural em todo território nacional e elaborar e executar planos de recuperação ambiental das propriedades rurais”.

- Quanto ao desmatamento, já existem mais de 300 milhões de hectares de áreas desmatadas no Brasil e menos de 250 milhões de hectares em produção (70 milhões em agricultura, 7 milhões em florestas plantadas e cerca de 170 milhões em pecuária). A agropecuária brasileira não precisa mais avançar sobre novas áreas de floresta para duplicar ou até triplicar sua produção. Basta ampliar de forma decisiva o manejo das pastagens e recuperar as áreas degradadas. Esses serão fatores essenciais de ganhos futuros de competitividade de nossa agricultura, que facilitarão o acesso a mercados internacionais demandadores de mais rigor no controle do impacto ambiental da atividade.

Para a agricultura

Marina propõe a criação de um seguro rural, diferente do que já existe (que engloba catástrofes climáticas), para proteger o setor dos “riscos de mercado”. A política de crédito atual seria mantida e os limites para financiamento, ampliados “no volume necessário”. Ela propõe “enxugar” e unificar o número de pastas e órgãos federais responsáveis pelo setor agrícola, fundiário, florestal e de pesca no país - ampliando os poderes do Ministério da Agricultura. Outra política importante — que integrará o plano de desburocratização e simplificação das políticas públicas — será a unificação dos diferentes cadastros de terras espalhados por diversos órgãos do governo — como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente — em um Cadastro Federal Integrado de Terras Públicas e Privadas.

Também promete mais verbas ao Programa Nacional de Agricultura Familiar Pronaf (Pronaf) - mas não revela números - e investimentos em infraestrutura para logística. Outra proposta é a ampliação em esforços bilaterais do Brasil, independente do Mercosul, com países importantes e blocos comerciais, como a União Europeia, para aumentar o comércio de alimentos. Confira abaixo a agenda de Marina para a agricultura, de acordo com o seu programa de governo.

Na área florestal

- Zerar a perda de cobertura florestal no Brasil;
- Ampliar para 5% a participação do Brasil no comércio mundial de produtos florestais;
- Aumentar em 40% a área de florestas plantadas;
- Duplicar a área sob Manejo Florestal Sustentável (Amazônia e Caatinga);
- Atingir 8 milhões de hectares de concessão florestal, incluindo as

concessões para reflorestamento e recuperação floresta; .
 Dobrar a área de florestas públicas destinadas ao uso sustentável;
 Implementar amplo programa de tecnologia de refinamento de biomassa florestal visando à produção de combustíveis, polímeros, fertilizantes, fármacos, essências e outros produtos.

Resumo Geral do Programa para a Agricultura

Política comercial: como hoje 40% do comércio mundial de alimentos se dá no âmbito de acordos bilaterais, é imperioso que o Brasil firme acordos dessa natureza com países importantes ou grupos de países como a União Europeia, independentemente do Mercosul.

Política de renda: trata-se de implementar o seguro rural, e não apenas um seguro contra catástrofes climáticas (que existe hoje). O setor precisa de mecanismo que cubra também riscos de mercado, como faz o mundo desenvolvido. O verdadeiro seguro rural deverá ser articulado com uma nova política de crédito rural e uma real política de preços mínimos. A política atual de seguro agrícola dispõe de recursos insuficientes para atender às necessidades do país. Como parte de seu custo deriva do Orçamento da União, há sempre restrições advindas dos limites orçamentários do governo federal. Os recursos para os financiamentos deverão continuar a crescer no volume necessário para assegurar que o setor agropecuário continue a expandir-se no país. A taxa de juros também continuará como atualmente: abaixo das outras taxas de mercado. Isso significa que a política de crédito deverá ser mantida, mas com mais diálogo com o setor.

Política tecnológica: embora tenhamos a melhor tecnologia tropical do planeta, este é um setor dinâmico, que demanda muito mais re-

ursos do que os atualmente disponíveis para nossas instituições de pesquisa. O Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), base para nossa sustentabilidade, também precisa ser muito mais intensamente divulgado e aperfeiçoado.

Logística e infraestrutura: a ineficiência causada pela precariedade de nossa estrutura de logística é um dos ônus impostos ao agropênjcio. Há poucas estradas no país e, muitas vezes, são de baixa qualidade. O transporte por trilhos para produtos agropecuários, por sua vez, é quase inexistente. Os sistemas de armazenagem são claramente insuficientes, e a maioria dos portos não dispõe de estrutura adequada para receber as cargas, além de apresentar alto custo de desembarço e carregamento das exportações. Essas ineficiências vão ser endereças por uma política ativa de investimentos em infraestrutura, calcada em prioridades orçamentárias, como já adiantamos, quando falamos sobre infraestrutura.

O primeiro instrumento para chegar ao objetivo será recorrer mais fortemente a parcerias público-privadas (PPPs) e a licitações de concessões, evitando preconceitos e vieses anacrônicos. Propomos três linhas principais de ação: a primeira visa a elevar a quantidade de recursos aplicados na infraestrutura de transporte e logística, para expandi-la. A segunda deverá criar mecanismos para tornar mais eficiente sua manutenção, melhorando a qualidade do que já existe. E a terceira se destinará a reduzir os custos dos serviços prestados à sociedade. No programa não há detalhamento sobre o volume de recursos.

Governança: no mundo inteiro, o Ministério da Agricultura cuida da questão fundiária, florestal (florestas plantadas) e da pesca. No Brasil temos quatro ministérios cuidando desses temas, disputando o mesmo orçamento e o mesmo prestígio junto ao Palácio do Planalto, ao Legislativo, à mídia e à sociedade. Ainda interferem no agropênjcio mais uma dezena de ministérios e agências correlatas. É preciso racionalizar e melhorar a articulação desse emaranhado de órgãos federais que engessam as ações para o setor rural.



Produção histórica de soja nos EUA

Safra 2014/15 nos Estados Unidos será de 106,41 milhões de toneladas

Por Gilda M. Bozza



O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) divulgou o relatório mensal de setembro trazendo a oferta e demanda mundial de grão para a safra 2014/15. No caso da soja, o USDA reavaliou a estimativa de produção norte-americana em 106,41 milhões de toneladas, a maior da história e superando as expectativas do mercado.

A produtividade foi prevista em 52,85 sacas por hectare contra 51,47 sacas por hectares reportadas no relatório de agosto. As exportações norte-americanas de soja reajustadas para 46,27 milhões de toneladas. O esmagamento passou de 47,76 milhões para 48,17 milhões de toneladas. Os estoques norte-americanos revisados para 12,93 milhões de toneladas.

A produção mundial de soja foi reajustada de 304,69 milhões para 311,13 milhões de toneladas, consumo global de 284,98 milhões de toneladas e o estoque final mundial passou de 85,62 milhões de toneladas para 90,17 milhões de toneladas.

Para o Brasil, o USDA reajustou a produção brasileira de 91 milhões para 94 milhões de toneladas, as exportações reavaliadas para 46,70 milhões de toneladas e os estoques finais brasileiros esti-

mados em 24,38 milhões de toneladas. O Brasil permanece como o principal exportador mundial do grão.

Para a Argentina, o relatório revisou a produção da safra 2014/15 para 55 milhões de toneladas e manteve as exportações em 8,50 milhões de toneladas. Para a China, o USDA prevê importações de 74 milhões de toneladas.

Os números do relatório impactaram os preços na Bolsa de Chicago, registrando perdas imediatas. No meio pregão, os futuros para setembro/14 eram negociados a US\$ 23,25 por saca, equivalente ao dólar vigente a R\$ 53,10/saca. Já para novembro, referencial para a safra norte-americana, o indicador ficou abaixo de US\$ 10,00 por bushel, a US\$ 21,50/saca, correspondente a R\$ 49,10 por saca.

Milho: 987,52 milhões de toneladas

O USDA revisou a produção mundial de milho para 987,52 milhões de toneladas e estoques mundiais acima da expectativa de mercado, estimados em 189,91 milhões de toneladas.

Para os Estados Unidos o relatório reavaliou para cima a produção norte-americana, passando de 356,43 milhões de toneladas para 365,66 milhões de toneladas, um aumento de 9,23 milhões de toneladas e produtividade de 179,42 sacas por hectare. Exportações de 44,45 milhões de toneladas. Os estoques finais norte-americanos foram retificados para 50,84 milhões de toneladas.

Para o Brasil o USDA revisou a produção passando de 74 milhões de toneladas para 75 milhões de toneladas. Consumo doméstico em 56,50 milhões de toneladas, e exportações mantidas em 20 milhões de toneladas. Com esse número de exportação, se concretizado, o Brasil passa a ocupar a posição de segundo maior exportador mundial do cereal, atrás dos Estados Unidos. Em terceiro lugar figura a Rússia e em quarto lugar a Ucrânia.

Para a Argentina, o relatório reajustou para baixo a produção, passando de 26 milhões para 23 milhões de toneladas e as exportações retificadas para 14 milhões de toneladas.

Para a China, o USDA prevê uma produção menor de 217 milhões de toneladas e um uso doméstico de 222 milhões de toneladas. O relatório refletiu nos preços da Bolsa de Chicago, com os contratos setembro indicados a US\$ 7,80 por saca (R\$ 17,83 por saca).

O que estão fazendo com a Venezuela?

“Pai Nosso a Chávez que já ressuscitou como passarinho”



- “Chávez nosso que estás no céu, na terra, no mar e em nós, os delegados. santificado seja teu nome. Venha a nós teu legado para levá-lo aos povos daqui e de lá. Dai-nos hoje tua luz para que nos guie a cada dia e não nos deixes cair na tentação do capitalismo, mas livrai-nos da maldade da oligarquia, do crime do contrabando. Porque nossa é a pátria, pelos séculos e séculos. Amém. Viva Chávez.”

No início deste mês o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) lançou a “Oração do delegado”, essa versão chavista (acima) para o “Pai-Nosso” dedicado ao ex-presidente Hugo Chávez, morto em 2013, e à revolução bolivariana.

O presidente Nicolás Maduro, acompanhado de boa parte de seu gabinete ministerial, governadores chavistas e outros funcionários, fez um discurso afirmando que a revolução está em uma fase que exige cada vez mais formação de valores. “E onde devemos formar esses valores? Há apenas uma resposta: devemos nos formar

nos valores de Chávez, no combate diário na rua, criando, construindo a revolução, fazendo revolução”, complementou Maduro.

Nas alucinações bolivarianas de Maduro, ele já viu Hugo Chavez, seu antecessor, voando na figura de um passarinho. “Ele (o passarinho ou Chavez) parou em uma viga de madeira e começou a cantar, um assobio lindo”, disse, imitando-o, em abril do ano passado.

Enquanto Maduro vê passarinho e reza o “Pai Nosso” ao seu guru, a população de seu país vive numa economia que está afundando. Como a Venezuela está acumulando dívidas de bilhões de dólares com importadores, o que alimenta a pior escassez de produtos já registrada, onde se inclui até papel higiênico. Algo que virou piada na Internet, com o comentário de que realmente é um produto supérfluo “porque os venezuelanos não conseguem comer”. A escassez de produtos levou o governo de Maduro a obrigar os consumidores a terem suas impressões digitais conferidas nas compras de

gêneros, a fim de impedir que se tente acumular produtos. Isso sob uma inflação anual que já superou a 60% .

Dona da maior reserva de petróleo do mundo e com a economia totalmente dependente dele, a Venezuela e a vizinhança estão de olho nas eleições brasileiras. Lula e Dilma estabeleceram relações cordiais com Cuba (exemplificada no financiamento do Porto de Mariel). Se calaram com um trambique de Evo Morales, da Bolívia, em refinarias da Petrobras nacionalizadas; com a Argentina (se dobrando a exigências de Cristina Kirchner); com a Venezuela, o governo brasileiro se calou nas manifestações populares severamente reprimidas pela polícia de Maduro e sem reclamar do trambique na Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco, em que a PDVSA (a Petrobras venezuelana) seria sócia (e investiria), mas ficou no “nem te ligo”.

A escolha de parceiros errados está levando o Brasil a perder a liderança na América Latina, hoje atravessada pela cunha bolivariana que parte da Venezuela com apoio de Cuba, estende-se até a Nicarágua, passa pelo Equador, abaixo, à Bolívia e chega à Argentina. No outro polo, consolida-se o Arco do Pacífico, englobando Chile, Peru, Colômbia e México. O governo brasileiro se encurralou no Mercosul, sem acordos comerciais bilaterais e calados diante de tendências antidemocráticas.

Decreto bolivariano de Dilma depende do resultado da eleições

O Diário Oficial da União do último dia 26 de maio estampou em suas páginas a mais nova tentativa dos governos do PT em mudar o regime democrático por decreto.

Assim como fez o ex-presidente Lula, em 2010, assinando um decreto com o nefasto III Programa Nacional de Direitos Humanos (III PNDH), sua pupila e sucessora Dilma Rousseff foi bem mais além. Ela assinou o decreto 8.243 criando a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social. Açoitados em artigos e parágrafos, o texto tenta, por decreto, mudar a ordem constitucional.

O decreto cria um sistema para que a “sociedade civil” participe diretamente em “todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta através de conselhos, comissões, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo”. Tudo isso tem, segundo o decreto, o objetivo de “consolidar a participação social como método de governo”. A participação social numa democracia representativa se dá através dos seus representantes no Congresso, legitimamente eleitos. Mas o decreto de Dilma dispensa o Poder Legislativo.

A “sociedade civil”, citada 24 vezes no texto do decreto de Dilma e do seu partido, está explícito no artigo 2º, I, quando a define como “cidadãos, coletivos, movimentos institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações”.

Ou seja, MST, MTST, MPL, CUT, UNE e similares ou não,

controlados e financiados pelo PT e pelo governo federal. Os objetivos ficam mais claros quando estipula que todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta, devem formular seus programas em atenção aos tais “mecanismos de participação social”. Em português claro, se os movimentos sociais controlados e manipulados pelo secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pelo PT e seus sócios não aprovarem, nada prosseguirá. A administração pública é engessada. Os cidadãos que trabalham, pagam contas e impostos que se danem.

Assim, na “sociedade civil” petista, o MST deverá obrigatoriamente ser ouvido na política agrária; o MTST (os sem teto) na política habitacional e assim por diante. Era assim que acontecia em 1917, com a criação dos “soviets” da Revolução Bolchevique na Rússia.

O decreto 8.243 de Dilma Rousseff é considerado por especialistas como uma das maiores barbaridades jurídicas já cometidas. No entanto o que ele representa é a mais ousada execução do “socialismo democrático” defendido pelo radicalismo do PT para transformar o Brasil numa Venezuela, Bolívia, Equador ou na mais clara ditadura, como Cuba. Ele busca deslegitimar as instituições em especial o Legislativo e enxovalha a Constituição. Está lá para ser votado no Congresso esvaziado pelo período eleitoral. Mas está lá à espreita, esperando pelo resultado das eleições.



Somos 201 milhões de brasileiros

População paranaense é a sexta do país com 11 milhões de habitantes



A população estimada do Brasil é de 201.032.714 habitantes, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a junho deste ano. No informe, o IBGE divulgou as estimativas de população para os 26 Estados mais o Distrito Federal e para os mais de 5.000 municípios do país. São Paulo é o Estado mais populoso com 43,6 milhões de habitantes, seguido por Minas Gerais com 20,5 milhões de residen-

tes e Rio de Janeiro com 16,3 milhões de pessoas.

A Bahia registra 15 milhões de habitantes, o Rio Grande do Sul 11,1 milhões e o Paraná, 10,9 milhões de residentes. Em seguida aparecem Pernambuco com 9,21 milhões de habitantes, Ceará com 8,78 milhões, Pará com 7,97 milhões, Maranhão com 6,79 milhões, Santa Catarina com 6,63 milhões e Goiás com 6,43 milhões.

População total - 2000/2060

2010	195.497.797
2020	212.077.375
2030	223.126.917
2040	228.153.204
2050	226.347.688
2060	218.173.888

Fonte: IBGE

Expectativa de vida ao nascer - 2000/2060

2000	69,8 anos
2010	73,9 anos
2020	76,7 anos
2030	78,6 anos
2040	79,9 anos
2050	80,7 anos
2060	81,2 anos

Fonte: IBGE

Em 30 anos decréscimo

A população brasileira deve começar a diminuir em 2043, segundo a projeção. O estudo estima que a população do Brasil em 201 milhões de habitantes em 2013, atingirá 212,1 milhões em 2020, até alcançar o máximo de 228,4 em 2042. A partir de então, o número deve começar a cair, atingindo o valor de 218,2 em 2060, o mesmo projetado para 2025.

De 2042, quando o contingente populacional atingirá seu ápice, com 228 milhões de pessoas, até 2060, ano em que haverá 218,1 milhões de habitantes no Brasil, o país perderá 10,1 milhões de habitantes. O número chega próximo à perda de uma cidade de São Paulo. Segundo o Censo de 2010, a capital paulista tem 11,2 milhões de habitantes. Curiosamente, essa população de paulistas é maior do que a do Paraná inteiro.

Segundo os dados do estudo, os idosos no Brasil deverão representar 26,7% da população (58,4 milhões de idosos para uma população de 218 milhões de pessoas), em 2060. Os dados do estudo, baseados no Censo Demográfico 2010, projetam o percentual em 2013 para 7,4% de idosos (6,3 milhões de idosos em uma população de 99,3 milhões de pessoas).

Em tempo real

No site <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> o IBGE faz, em tempo real, a projeção da população do Brasil e de todas as Unidades da Federação. No momento em que você acessar esse endereço eletrônico verá que já não somos mais 201 milhões, ganhamos mais de 2 milhões de patrícios entre o início de julho e esta data.

Somos quase 11 milhões no Paraná

A quantidade de pessoas que vivem no Paraná chegou a 10.997.462 em 1.º de julho deste ano. O número representa 5,5% de toda a população do país, formada por pouco mais de 201 milhões de pessoas, conforme dados divulgados pelo IBGE. Com crescimento de 0,76%, em comparação com 2013, o Paraná continua a ser o sexto Estado mais populoso do Brasil, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul.

Entre os 25 municípios mais populosos do Brasil, o Paraná é representado apenas por Curitiba, que ocupa a oitava posição. A capital paranaense tem 1.864.416 habitantes – crescimento de 0,83%



em relação ao mesmo período de 2013. Desconsiderando as capitais, Londrina, com 543.003 habitantes, fica no 18.º lugar.

Diante das 25 maiores regiões metropolitanas, a de Curitiba (RMC) fechou esta edição do IBGE em 9.º lugar. São 3.414.115 habitantes. O número é 1,68% maior do que o registrado em 2013. Na 25.ª colocação está a Região Metropolitana de Londrina (818.300 habitantes), que cresceu 0,4% no período.

Na outra ponta, duas cidades do Estado estão entre os 25 municípios menos populosos do país. Jardim Olinda (1.416) e Nova Aliança do Ivaí (1.509) aparecem em 15.º e 21.º lugares, respectivamente.

A pesquisa do IBGE mostrou ainda que, assim como no cenário nacional, a maior parcela dos municípios do Paraná (107 de 399 cidades) tem faixa de população entre 10.001 e 20 mil habitantes. Acima de 500 mil, são apenas duas (Curitiba e Londrina).

A relação dos 10 municípios paranaenses mais populosos manteve-se inalterada em relação ao ranking de 2013. A lista é liderada por Curitiba e tem na sequência Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá.

As cinco cidades com menos habitantes estão localizadas entre o Norte Central e o Noroeste do Paraná. Além disso, quatro delas tiveram redução na quantidade de moradores na comparação com o ano passado. Jardim Olinda continua a “liderar” a lista. A relação ainda conta com Nova Aliança do Ivaí, Santa Inês, Miraselva e Esperança Nova.

As “bactérias do bem”

Elas são capazes de promover o crescimento de plantas e dispensar o uso de adubo



Mariangela Hungria, pesquisadora da Embrapa Soja

Pesquisadores da Embrapa acabaram de descrever sete novas espécies de bactérias benéficas à agricultura brasileira. Elas são o que os especialistas da área denominam de “promotoras do crescimento” das plantas. As novas espécies (*Rhizobium* e *Bradyrhizobium*) trazem benefícios às culturas da soja, do feijoeiro, do feijão-caupi e da leucena, com importância para a alimentação humana, animal, como adubo verde e com potencial para reflorestamento.

Além de agrônômica, as bactérias têm importância ambiental e econômica, uma vez que são capazes de captar o nitrogênio (N₂) presente no ar (representando 78% dos gases da atmosfera) e transformá-lo em uma forma de nitrogênio assimilável pelas plantas. São, portanto, capazes de suprir as necessidades das plantas em nitrogênio, dispensando a adubação nitrogenada. O processo é chamado de fixação biológica de nitrogênio, considerado o mais importante processo biológico do planeta, depois da fotossíntese.

Mariangela Hungria, pesquisadora da Embrapa Soja (Londrina, PR), Jerry Zilli, da Embrapa Agrobiologia (Rio de Janeiro, RJ) e

Krisle da Silva, da Embrapa Roraima (Boa Vista, RR) integram a equipe de taxonomistas brasileiros que vêm se destacando em pesquisas na área de identificação e descrição de bactérias benéficas à agricultura.

Segundo Jerry Zilli, a Embrapa detém um rico acervo genético desses microrganismos. Estabelecer expertise em taxonomia de microrganismos é muito importante, não só porque amplia o conhecimento sobre a rica biodiversidade brasileira, no caso deste grupo de microrganismos do solo, como também protege o patrimônio genético e viabiliza o registro de patentes, produtos e outros ativos biotecnológicos com base microbiana.

A descrição dessas novas espécies é resultado do investimento no treinamento de pesquisadores em taxonomia. Em três anos, o grupo conseguiu alcançar o dobro de espécies de bactérias descritas em mais de 40 anos, além de aprimorar as metodologias que garantem a identificação correta de estirpes benéficas à agricultura, por exemplo, aquelas utilizadas em inoculantes comerciais para a cultura da soja. Além disso, segundo os pesquisadores, “à medida que as espécies são

conhecidas, abrem-se possibilidades de trabalhar no desenvolvimento de inoculantes, no estudo de processos microbianos, na geração de novos produtos e de novos contatos, por meio de licenciamento ou de parcerias”.

Retorno econômico

Conhecer a utilidade de cada bactéria existente na natureza e os mecanismos capazes de beneficiar culturas pode trazer retornos significativos ao País, enfatiza Mariangela. A pesquisadora fez uma estimativa de benefícios econômicos que a utilização dessas bactérias pode trazer às culturas da soja, do feijoeiro e do feijão-caupi, cerca de 18 bilhões de dólares anuais, que deixam de ser gastos com fertilizantes nitrogenados nessas culturas. Além disso, existe o grande benefício na mitigação de gases de efeito estufa, com uma estimativa equivalente a mais de 45 milhões de toneladas equivalentes de CO₂.

Novas espécies descritas



- *Rhizobium leucaenae*, que fixa nitrogênio com o feijoeiro e leucena, explicando o nome *leucaenae*;
- *Rhizobium freirei*, que também fixa nitrogênio com o feijoeiro. O nome foi dado em homenagem a um grande pesquisador brasileiro que trabalhava com FBN, prof. João Ruy Jardim Freire;
- *Rhizobium paranaense*, também simbiote do feijoeiro e nome dado em homenagem ao Paraná;
- *Bradyrhizobium diazoefficiens*, que nodula a soja de modo muito eficiente;
- *Bradyrhizobium manausense* isolada de feijão-caupi e o nome se refere ao fato de que foi isolada na Amazônia, em Manaus;
- *Microvirga vignae* isolada de feijão-caupi na região do semiárido brasileiro;
- *Bradyrhizobium ingae*, que nodula ingá (*Inga laurina*), uma árvore conhecida pelos frutos doces e com potencial para reflorestamento e foi isolada em Roraima.

Fonte: *Embrapa Soja*

“Os micróbios somos nós”

Calcula-se que as bactérias habitam a Terra há pelo menos 2 bilhões e meio de anos. Segundo reportagem divulgada pela revista *Piauí* (edição de junho), nossos ancestrais evolucionários surgiram num mundo dominado por micróbios e, assim como fomos evoluindo, eles também evoluíram. “Até pouco tempo atrás, era quase

impossível separar as moléculas e determinar o impacto que esses organismos tiveram sobre nós. Primeiro os cientistas precisavam localizar um micróbio no corpo, depois remover uma amostra e fazê-la multiplicar-se numa cultura. Com bilhões de células a examinar, os dados jamais poderiam ser completos, nem mesmo representativos. Foi a tecnologia de sequenciamento do DNA que mudou o quadro, abrindo pela primeira vez o mundo microbiano a um exame mais sofisticado. Depois da conclusão bem-sucedida do Projeto Genoma Humano, os Institutos Nacionais de Saúde [NIH, na sigla em inglês] dos Estados Unidos lançaram um empreendimento similar em 2007 com a finalidade de mapear o microbioma humano. Nos últimos cinco anos, cientistas associados ao Projeto do Microbioma Humano acompanharam 242 indivíduos saudáveis, colhendo amostras periódicas de bactérias de suas bocas, dutos nasais, pele e outros pontos da superfície e do interior de seus corpos. Em 2008, a Comissão Europeia e a China juntaram-se à pesquisa, com o Projeto da Meta-genômica do Trato Intestinal Humano, conhecido como MetaHIT na sigla em inglês”, mostra a matéria.

A reportagem revela ainda um caso, no mínimo, interessante e curioso. Andrew Goldberg, diretor de rinologia e cirurgia dos seios da face no Centro Médico da Universidade da Califórnia em São Francisco, contou uma história sobre seu paciente com um problema nos ouvidos. Quando Goldberg ainda fazia residência, em 1986, um homem entrou na clínica. O paciente já tinha estado lá várias vezes, sempre pelo mesmo motivo – uma infecção crônica no ouvido esquerdo. Males persistentes como esse são comuns, embora costumem ocorrer nos dois ouvidos.

“Era um desses casos refratários”, contou Goldberg ao jornalista. “Os médicos tentaram de tudo: vários tipos de antibióticos, gotas fungicidas, o diabo. Eram as medidas recomendadas, e tentamos todas as possibilidades.” Goldberg e eu passamos uma tarde fria de agosto conversando num café próximo ao escritório dele, no prédio de ciências clínicas da UCSF. Apesar de todos os tratamentos, o ouvido do homem não melhorava. Mas naquele dia ele entrou na clínica sorrindo, e Goldberg logo pôde ver por quê: o ouvido estava ótimo. “Faz anos que não me sinto tão bem”, comentou o paciente. “Quer saber o que eu fiz?” O médico imaginava que alguma das drogas tivesse finalmente cumprido sua finalidade, mas não: “Tirei um pouco de cera do ouvido bom e pus no ouvido ruim, e em poucos dias fiquei bom”, contou ele.

De acordo com a reportagem, Goldberg explicou que a cera do ouvido contém muitas espécies bacterianas, e que os antibióticos podem ter destruído uma ou mais delas no ouvido afetado do paciente. “Na verdade foi um estalo, um momento de eureka. E eu percebi que esse paciente era uma experiência perfeita: um ouvido são e outro doente separados por uma cabeça. E o paciente não era louco; ele estava certo. É óbvio que havia alguma coisa protegendo um dos ouvidos, e ele transferiu isso para o outro ouvido. Não foram os remédios os responsáveis pela cura. Ele se curou sozinho.”

FAEP pede regras mais claras para as áreas de refúgio



O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou, no último dia 11 de setembro, ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e ao Instituto Pensar Agro (IPA), solicitando estudos e regras mais claras na regulamentação da Instrução Normativa (IN) sobre as práticas das áreas de refúgio para as plantas portadoras de genes resistentes a insetos. Hoje, as empresas detentoras da tecnologia de transgênicos recomendam a utilização de uma área de refúgio - espaço que garante à suscetibilidade dos insetos às toxinas desses vegetais. Pela IN, a área de refúgio vai se tornar obrigatória e o tamanho desses espaços será recomendado pela empresa detentora da tecnologia.

O segundo ponto da norma é a criação de um Grupo de Trabalho Técnico-Científico de Acompanhamento da Resistência (GTAR), formado por representantes do governo, empresas de

biotecnologia e pesquisadores, com a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficiência dos eventos de resistência, definir protocolos de pesquisa e de recomendação de manejo para as culturas transgênicas.

Ágide alertou que a IN gera insegurança aos produtores rurais. "A FAEP é favorável às ações que garantem a eficácia da tecnologia, sanidade e produtividade das lavouras. Entretanto, pela proposta não está claro as penalidades específicas para as empresas detentoras das cultivares quando não ocorrer a eficiência da tecnologia, mesmo com a instalação da área de refúgio. E se essa tecnologia não funcionar? Quem vai pagar a conta?". Além disso, a IN faz menção de forma vaga às penalidades ao produtor infrator. "Isso é preocupante pela possibilidade de ter interpretações subjetivas com ônus severos aos produtores".

Prevenção

O pesquisador da Embrapa Soja (Londrina), Daniel Ricardo Sosa Gomez, lembra: “A utilização de refúgio é uma medida preventiva para evitar a evolução rápida da resistência das pragas. Isto é, uma lavoura sem a área de refúgio pode acelerar o processo de evolução de indivíduos resistentes”.

Promessa é dívida?

Cadê os recursos para o seguro rural?

Em plena época de plantio da safra de verão e quando os financiamentos de custeios agrícolas nos bancos estão em fase adiantada de contratação, produtores rurais não têm acesso ao seguro agrícola no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Diante desse cenário, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou, um ofício à presidência da República e autoridades, no último dia 11 de setembro, solicitando a assinatura de decreto em regime de urgência para crédito suplementar de R\$ 300 milhões no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e sua liberação imediata.

Ágide lembrou, que no início do ano, o Mapa publicou no Diário Oficial da União a resolução nº 27, estabelecendo no Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR) para o período de 2013 a 2015 do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural o aporte de recurso orçamentário, em 2014, de R\$ 700 milhões. “Há falta de planejamento e descompasso na liberação de recursos que não condiz com o calendário agrícola e também com a promessa de R\$ 700 milhões para esse programa divulgado em 19 de maio no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário. No caso concreto do seguro rural, foram alocados apenas R\$ 400 milhões, que já estão esgotados, dos quais apenas R\$ 140 milhões foram destinados para a safra de verão”, observou. Segundo ele, a presidente Dilma Rousseff ainda não assinou o decreto liberando R\$ 300 milhões em crédito suplementar. Enquanto isso não ocorre, a maioria das companhias de seguro paralisou a oferta de seguro agrícola no âmbito do programa federal. “Com isso, milhares de produtores brasileiros de soja, milho, frutas e de outras atividades correm o risco de ficar sem seguro rural. Reiteramos nosso alerta: numa possível catástrofe climática no Brasil corre-se o risco de produtores, bancos, seguradoras, fornecedores de insumos, cooperativas e toda a sociedade arcarem com custos consideráveis pela falta de ação do governo federal”.

**O documento foi encaminhado a deputados e senadores da bancada paranaense; presidente da Frente Parlamentar da Agricultura; presidente da República; ministros: Mapa, Casa Civil, Planejamento, Fazenda; SPA e IPA.*

Norte em festa: Fim do imbróglio Corol/BRDE

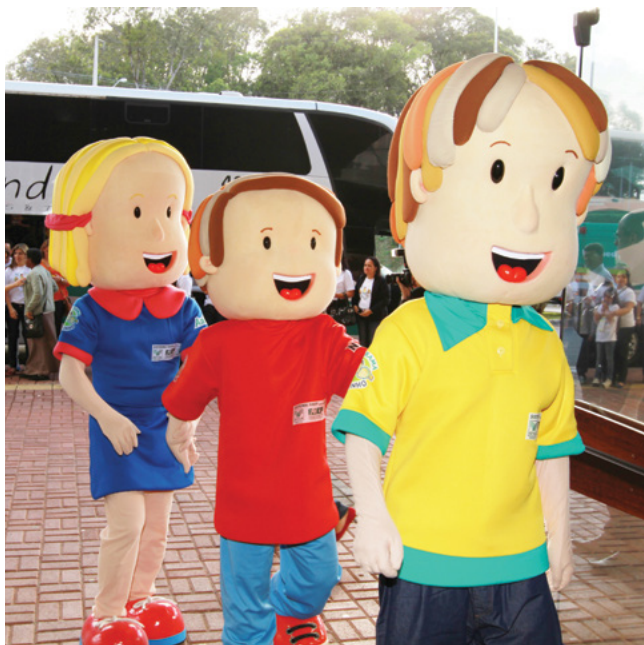
Alívio. Mais de 600 produtores rurais do Norte do Estado receberam na última quarta-feira (10) as Notas de Crédito Rural (NCRs) que haviam sido assinadas e entregues como garantia adicional a um empréstimo da cooperativa Corol - à qual eram associados - contraído junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no valor de R\$ 30 milhões, e que não foi honrado pela cooperativa.

Muitos produtores tiveram seus títulos protestados na época e só conseguiram retirá-los de cartórios sem nenhum ônus agora. O trabalho para a recuperação das NCRs teve início há quase dois anos através de um movimento iniciado pelo Nunorte (Núcleo dos Sindicatos Rurais do Norte do Paraná), que contou com a participação ativa dos presidentes dos sindicatos rurais e da FAEP. Além dos produtores que integram a região da Nunorte, que abrange os municípios de Alvorada do Sul, Apucarana, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Faxinal, Grandes Rios, Iporã, Jataizinho, Londrina, Marilândia do Sul, Porecatu, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertãozinho e Jaguapitã, também foram envolvidos produtores de Santa Mariana e Cornélio Procopio.

Em carta endereçada ao presidente da FAEP, Ágide Meneguette, o presidente do Sindicato rural de Londrina, Narciso Pissinati, agradeceu o apoio da Federação. “Este dia 10 de setembro de 2014, marca um fato histórico, com grande satisfação e alívio e, a certeza de que, quando o produtor se une, reúne e se envolve na defesa dos seus direitos os resultados almejados aparecem”, disse.



Agrinho: mais de 6 mil trabalhos inscritos



Nesta segunda-feira (15/9), a banca examinadora começa a avaliar os trabalhos de professores e alunos do Paraná que se inscreveram para concorrer na edição deste ano do Concurso Agrinho. Foram mais de 6.000 trabalhos inscritos que passaram inicialmente por uma triagem para verificar se atendiam ao regulamento. Os trabalhos foram realizados dentro do tema “As coisas que ligam o campo e a cidade e nosso papel para melhorar o mundo”.

A coordenadora do Agrinho Josimeri Aparecida Grein explica que este ano serão três semanas (15/9 a 4/10) em que técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR, professores universitários e parceiros se debruçarão para avaliar os trabalhos. Além do número de trabalhos superar o ano passado, o sistema de classificação dos trabalhos e o número de premiados mudaram. A primeira etapa é regional e a segunda estadual.

Inicialmente, a banca escolhe as categorias Município e Escola Agrinho, depois Experiência Pedagógica e ao final são analisadas os desenhos e redações. A relação de premiados deve ser divulgada dia 08/10/2014. A premiação do programa Agrinho acontece no dia 10 de novembro, no Expo Trade Pinhais, em Curitiba.



SENAR/PR: novos cursos para suinocultura

De 1º a 05 de setembro, no Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CDT) da Cooperativa LAR, em Medianeira, foi realizado o curso de formação e atualização de instrutores do SENAR-PR

na área de suinocultura. Foi ministrado pela equipe de consultores da Integrall, empresa mineira especializada na atividade e teve a participação de quatro técnicos e cinco instrutores do SENAR-PR. Também participaram um instrutor do SENAR-MS e outro do SENAR-SE, que contribuíram nas discussões técnicas. As aulas práticas foram realizadas em granjas situadas nos municípios de Medianeira e Serranópolis do Iguçu, previamente selecionadas pelo Sindicato Rural de Medianeira e pelo supervisor regional do SENAR-PR, Francisco Pelção.

A partir deste curso serão desenvolvidos dois treinamentos adequados à realidade paranaense. Um deles, com foco no trabalhador na suinocultura e dividido em seis módulos: Toda Granja, Reprodução, Maternidade, Creche, Recria e Terminação e Fábrica de Ração. O outro com foco no gerente da granja, abordando aspectos de planejamento e controle da atividade suinicola. As cartilhas que serão utilizadas nesses treinamentos foram desenvolvidas pelo SENAR – Administração Central em parceria com a empresa Integrall, ABCS e Sebrae. **Os treinamentos estarão disponíveis a partir de outubro de 2014.**

Cerca elétrica

Opção mais barata e eficiente do que cerca convencional só vale a pena se for bem feita



A velha frase do “barato sai caro” cai como uma luva quando falamos da instalação de cercas elétricas. O equipamento, que custa cerca de 30% do preço de uma cerca convencional, é recomendado para criações de animais, porém, quando o produtor não aplica corretamente a técnica, ou então decide economizar, ou até “improvisar” na escolha dos materiais, o prejuízo é certo.

A diferença de preço entre uma cerca elétrica e uma convencional deve-se à quantidade de estacas, que no equipamento elétrico pode ter um espaçamento grande, entre 10m e 30m, dependendo da topografia do terreno. De acordo com o tipo de criação, pode se usar menos linhas, no caso de vacas em lactação, apenas um fio eletrificado é o suficiente. Além disso, o custo da energia utilizada é pequeno, equivale a uma lâmpada.

Em algumas situações, seu uso é ainda mais recomendado, como em casos onde a área cercada não é definitiva. É o caso do técnico agrícola da Emater e produtor de leite em Laranjeiras do Sul, Joaquim Grzybowski. Ele conta que na sua região é comum trabalhar no verão com lavoura e no inverno com pastagem, desta forma “Não tem como trabalhar com cerca definitiva porque o pessoal fica piqueteando”, explica.

Grzybowski conta que na sua região muitos produtores tiveram experiências ruins com cerca elétrica porque usavam materiais inadequados, ou faziam a instalação incorretamente. “Se for mal feita não segura o animal”, avalia. Ele mesmo teve prejuízo na sua propriedade por conta disso. “Caiu um raio perto da cerca, mas como não estava 100% aterrado, correu pelo fio, matou uma bezerra e danificou os equipamentos, até o resfriador de leite”, lembra.

Os prejuízos da instalação mal feita de uma cerca elétrica vão desde danos a equipamentos até a perda de animais, que fogem quando a cerca não funciona. Segundo o instrutor do curso de Construção de Cerca Elétrica do SENAR-PR, Juliano da Silva, os erros mais comuns na instalação do equipamento são:

Aterramento mal feito: “O pessoal escolhe mal o material que vai usar, tem que ser três hastes galvanizadas ou cobreadas, mas já vi colocarem foice velha, enxada, lima, ferro de construção, tudo isso não dá aterramento, porque oxida”. Arame inadequado: “Muita gente escolhe uma camada leve de galvanização, tem que ser uma camada pesada, pra não oxidar”.

Mangueira de qualidade: “A mangueira que vai dentro da estaca tem que ser própria para isso, mas o pessoal usa até mangueira de chuva, isso não isola corretamente”.

Diferente do que se pensa, esse tipo de equipamento não maltrata o animal, não corta como faz a cerca convencional e não existe a possibilidade de matar. Segundo o instrutor “O que mata é a amperagem e nós ensinamos a usar uma amperagem pequena”, diz. Segundo ele, o próprio produtor pode instalar a cerca, a única restrição é não usar marca-passo, pois uma descarga elétrica eventual pode danificar o equipamento cardíaco.

Para aprender a instalar corretamente a cerca elétrica, o SENAR-PR disponibiliza o curso Cerqueiro: Construção de Cerca Elétrica. Em 2013 o SENAR-PR realizou 38 cursos em todo Paraná, este ano, até o momento, já foram realizados 16.

Monsanto esclarece sobre Tecnologia Intacta RR2 PRO



A Monsanto encaminhou à FAEP esclarecimentos sobre a cobrança de royalties e outras dúvidas em relação à tecnologia Intacta RR2 PRO. Produtores rurais vinham consultando a Federação na busca de maiores explicações sobre esses temas.

Veja a íntegra da resposta da empresa:

Com a aproximação da época de plantio de soja no Brasil os produtores rurais que optaram pelo uso da tecnologia Intacta RR2 PRO® podem apresentar dúvidas, quanto à possibilidade de cobrança de royalties pós plantio sobre sua produção de soja no caso de haver mistura da Soja Intacta RR2 PRO® com a soja convencional ou com a soja com tecnologia RR1.

PAGAMENTO ÚNICO

No momento da aquisição de sementes certificadas de Soja Intacta RR2 PRO® o produtor rural já paga o royalty devido pelo uso da tecnologia junto com o valor da semente, é o que a Monsanto chama de PAGAMENTO ÚNICO.

Para a safra 2014/2015 o royalty é de R\$ 115 (cento e quinze reais) por hectare plantado com soja Intacta RR2 PRO® tendo como base o mês de julho/2014. O preço por hectare pode apresentar variações caso a plantabilidade utilizada pelo agricultor seja diferente da recomendada pelo obtentor e/ou pela marca da semente adquirida; caso haja variações no peso de mil sementes (PMS) ou também se houver variação na germinação no momento do

plantio; dentre outros fatores.

O pagamento dos royalties garante a todos os produtores paranaenses o direito de comercializar até 71 sacas de soja com tecnologia Intacta RR2 PRO® (ou 4.260 kg) por hectare. Isso é chamado de volume de entrega da produção. Caso a produtividade fique acima desse limite, o produtor deve imediatamente entrar em contato com a Monsanto, através do Disque Intacta, para que a empresa estude o caso e possa validar, dentro dos limites regulatórios e legais, um volume adicional para entrega de sementes com tecnologia Intacta RR2 PRO® daquele produtor.

ROYALTIES PÓS-PLANTIO

Os produtores que utilizarem a tecnologia Intacta RR2 PRO® sem adquirir sementes certificadas ou sem pagar por sua utilização no momento da utilização da semente reservada, pagarão os royalties pós-plantio.

SEGREGAÇÃO DA PRODUÇÃO

A empresa alerta os produtores que a soja Intacta RR2 RR2 PRO® deve ser colhida e entregue segregada do restante de sua produção. E é aí que reside a dúvida do produtor que mesmo com todos os cuidados de segregação, pode misturar a sua produção de soja com tecnologia RR1 ou convencional com grãos de soja com a tecnologia Intacta RR2 PRO®, resultante, por exemplo, de falha na limpeza da plantadeira, da colheitadeira, do caminhão ou do armazém.

O POSICIONAMENTO DA MONSANTO

Questionada sobre essa questão pela FAEP, a Monsanto procurou tranquilizar os produtores afirmando que os testes a serem aplicados visam identificar os carregamentos de sementes com a tecnologia Intacta RR2 PRO®, mas não são calibrados para detectar a tecnologia em baixos níveis, como é o caso das eventuais misturas citadas acima. Segundo a Monsanto, dessa forma o produtor não corre o risco de ser cobrado pela tecnologia Intacta RR2 PRO® em caso de mistura involuntária, com baixa porcentagem de grãos contendo a referida tecnologia.

O agricultor que tiver silo na propriedade e precisar misturar os grãos que possuem a tecnologia Intacta RR2 PRO® com o restante de sua produção, deve, antes de efetuar a mistura, entrar em contato com o Disque Intacta para que dessa forma, possa entregar suas cargas misturadas.

Caso queira, o agricultor pode contar ainda com a visita de um técnico ou representante da Monsanto em sua propriedade para auxiliá-lo nesse processo.

PRECAUÇÃO NA ENTREGA DA PRODUÇÃO

É importante que na hora da entrega da produção de soja no local habitual de comercialização, as cargas sejam acompanhadas das notas fiscais de compra de sementes certificadas Intacta RR2 PRO®, porque, se ocorrer qualquer problema de detecção de mistura indevida ou questionamento, o produtor poderá acionar a Monsanto para análise e verificação do caso. Apresentadas evidências de que o produtor adquiriu sementes de forma correta e pagou pela tecnologia Intacta RR2 PRO® antecipadamente, o mesmo não precisará realizar o pagamento de royalties pós plantio.

RESERVA DE SEMENTES PRÓPRIAS

O produtor pode reservar grãos obtidos com o plantio de soja com a tecnologia Intacta RR2 PRO® na safra 14/15 para plantar na safra seguinte, devendo para isso legalizar esse procedimento por meio do preenchimento do Anexo XXXIII, conforme a lei 10.711/2003, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA até o dia 30 de janeiro de 2015.

Antes do plantio da safra subsequente, o formulário de legalização junto ao MAPA deverá ser apresentado a uma empresa licenciada para a venda de sementes de soja com tecnologia Intacta RR2 PRO® que cobrará royalties do produtor no valor de R\$127,00 (cento e vinte e sete reais) por hectare a ser plantado para que, dessa forma, seja regularizado o direito de utilização das sementes reservadas.

*** Disque Intacta (0800 940 7088)**

Nota



Vice-consul americano na FAEP

O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, e os assessores Carlos Augusto Albuquerque e Antônio Poloni receberam na quinta-feira (11/09), na sede da federação, o vice-cônsul para Assuntos Políticos dos Estados Unidos, Ian MacKenzie. O diplomata norte-americano, baseado no Consulado de São Paulo, buscou informações sobre o agronegócio paranaense, a infraestrutura/logística disponível e outros dados da economia do Estado. Revelou sua satisfação ao ser informado que a FAEP promove rotineiras visitas técnicas de produtores rurais a Estados com características assemelhadas nos EUA, a quarta delas iniciada neste sábado (13/09).

CAMPINA DA LAGOA



Conservas e molhos

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas, molhos e temperos nos dias 15 e 16 de agosto. Participaram 15 produtoras rurais com o instrutor Sérgio Kazuo Kawakami.

CIANORTE



Inclusão digital

O Sindicato Rural de Cianorte realizou, no período de 25 a 30 de agosto, dois cursos de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - inclusão digital - avançado. Uma turma com 11 produtores teve aulas no período noturno. A outra teve 16 participantes no período vespertino. As aulas aconteceram na Câmara Municipal com o instrutor Sérgio Takashi Noguchi. Os cursos foram organizados pelo sindicato rural em parceria com a Secretaria da Agricultura, CRAS e Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná.

IBIPORÃ



Empreendedor

A turma do Programa Empreendedor Rural, que foi organizada pelo Sindicato Rural de Ibitoporã, se sensibilizou para colaborar com alimentos para o Seminário Propedêutico São José de Londrina. A doação ocorreu no dia 26 de agosto. A turma tem como instrutor Cristiano Leite Ribeiro.

IVATUBA



Soja

O Sindicato Rural de Maringá realizou, nos dias 25 e 26 de agosto, em sua extensão de base em Ivatuba, o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de oleaginosas - básico em soja. Participaram 12 produtoras rurais com a instrutora Celeste de Oliveira.

JAQUAPITÃ



Classificação de grãos

O Sindicato Rural de Jaguapitã realizou nos dias 14 e 15 de agosto o curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - classificação de grãos de soja e milho. Participaram 10 produtores e funcionários das empresas Jaguafrangos Ind e Com de Alimentos, JBS e Sementes Balú com a instrutora Maria de Fátima Cavalheiro Marcondes.

MARINGÁ



Encontro Mulheres

A cidade de Floresta recebeu no dia 21 de agosto o Encontro de Mulheres Rurais em sua 3ª edição. O evento, realizado pela Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Maringá, em conjunto com os núcleos femininos das cooperativas agroindustriais Cocamar, C.Vale, Integrada, Emater e Sindicato dos Trabalhadores de Maringá, contou com a presença de mais de 170 participantes.

ORTIGUEIRA



Tratorista / implementos

O Sindicato Rural de Ortigueira realizou nos dias 28 e 29 de julho o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) – Básico. Participaram 12 produtores da região com o instrutor Antônio Carlos Lordani. Também foi realizado com a mesma turma, nos dias 30 e 31 de julho o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - Implementos Agrícolas e Semeadeira e Plantadeira.

ALTO PIQUIRI



Empreendedor

O Sindicato Rural de Alto Piquiri concluiu mais uma turma do Programa Empreendedor Rural. Participaram 19 produtores e produtoras rurais com o instrutor Clovis Palozzi.

SERTANÓPOLIS



Conservas / olericultura

O Sindicato Rural de Sertãozinho realizou em julho os seguintes cursos: Nos dias 07 e 08, em parceria com o Departamento de Educação Municipal – Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos. Participaram 14 cozinheiras com a instrutora Gisele Bianchini. E nos dias 01, 02 e 03, em parceria com o Departamento de Assistência Social, o curso Trabalhador na Olericultura Básica – talos, flores e folhas para 10 participantes com o instrutor Luis Hiroshi Shimizu.

CAFELÂNDIA



Comunicação

O Sindicato Rural de Cafelândia realizou nos dias 28 e 29 de agosto o curso Gestão de Pessoas - comunicação e técnicas de apresentação. Participaram 14 produtores e produtoras rurais com a instrutora Luciane Lousano Pimentel.

IPIRANGA



Manejo ovinos

O Sindicato Rural de Ipiranga realizou nos dias 29 e 30 de agosto o curso Trabalhador na Ovinocultura - manejo de ovinos de corte. Participaram 10 produtores rurais com o instrutor Clodoaldo da Silva. As aulas práticas foram realizadas na propriedade de Jondino Casagrande.

JAGUARIAÍVA



Combate a incêndio

O Sindicato Rural de Jaguariáiva em parceria com a empresa Vale do Corisco realizou nos dias 28 e 29 de agosto, o curso de Trabalhador em Reflorestamento - Prevenção a combate a incêndios florestais. A aula teórica foi realizada na sede do sindicato e a prática nos loteamentos da prefeitura. Participaram 10 funcionários com o instrutor Pedro Maia Penna.

MARIALVA



Agrotóxico

O Sindicato Rural de Marialva realizou nos dias 28, 29 e 30 de agosto, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - NR 31 aplicação de agrotóxico. Participaram 12 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Hog de Almeida Lattanzio.

PIRAÍ DO SUL



Comunicação

O Sindicato Rural de Pirai do Sul realizou nos dias 28 e 29 de agosto o curso de Gestão de Pessoas – comunicação e técnicas de apresentação. Participaram 13 produtores rurais e seus familiares com o instrutora Debora Siqueira

MARILÂNDIA DO SUL



Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul realizou, em parceria com a Souza Cruz S/A, no período de 24 a 26 de julho, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – integrado de agrotóxicos – costal manual e tratorizado de barras – NR 31. Participaram 11 trabalhadores rurais com o instrutor Paulo Roberto Marchesan.

RIO AZUL



Manejo de solo

O Sindicato Rural de Rio Azul realizou em parceria com a empresa Philip Morris, nos dias 25 e 26 de agosto, na comunidade de Marumbi dos Elias o curso Trabalhador no Cultivo de Fumo - manejo conservacionista de solo. Participaram 15 produtores com o instrutor Antônio Kreniski Júnior.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Xixi tributado

Sob as leis da Roma antiga, tudo era passível de cobrança de impostos. Um dos exemplos mais disparatados era um imposto sobre a urina, pago pelos mercadores que compravam esse inusitado material — que era usado para curtir o couro, coletado das latrinas públicas.



Segundo a ONU, os cinco mais felizes países da Terra são:

1º. Dinamarca | 2º. Finlândia
3º. Noruega | 4º. Suécia | 5º. Holanda

E os cinco mais infelizes:

1º. Togo | 2º. Burundi | 3º. Comores
4º. Camboja | 5º. Serra Leoa

Vikings

Que Cristovão Colombo, que nada. Quinhentos anos antes de Colombo, os vikings estiveram na América e não foram para matar e saquear. Os antigos nórdicos eram eficientes produtores rurais que, fora das temporadas de plantação e colheita, investiam no comércio com outros povos, na Europa e até na Ásia. Isso os tornou exímios navegadores. A má reputação só surgiu por volta de 772, quando o rei dos francos Carlos Magno declarou guerra aos pagãos. Isso obrigou os “bárbaros” a trocar o comércio amigável por saques-surpresa, chamados “raides”. Daí a fama de brabos!



Haja gente...

O mundo atingiu a marca de 1 bilhão de pessoas por volta de 1750. Em 1974, éramos 4 bilhões de habitantes. Hoje somos mais de 7 bilhões de pessoas e seremos 10 bilhões em 2050.



Anos luz

Se estivesse olhando para nosso planeta nesse momento, um alienígena situado num planeta a 100 anos luz de distância enxergaria a Terra em 1913, há mais de 100 anos atrás.

Reveillon

O último lugar do mundo a comemorar a chegada do novo ano é Samoa, no Oceano Pacífico, e o primeiro é a Ilha Pitt, na costa Oriental da Nova Zelândia. O costume de soltar fogos, fazer panelaços e buzinar no Ano Novo vem de algumas tradições orientais, que acreditam que ruídos altos afastam os maus espíritos.



É equatoriano

O chapéu-panamá, apesar do nome, é fabricado no Equador (onde é chamado de El Fino), possui cor clara e pode ter vários formatos. É fabricado com a palha da planta “Carludovica palmata”, encontrada no Equador e em países vizinhos, e tecida em trama fechada.



Francesas

- **Don Pérignon, ou Pierre Pérignon**, foi um monge francês que inventou o método de fabricação do champanhe. Detalhe: Pérignon também foi o responsável pela invenção do método de fechamento do produto.
- O nome da água mineral francesa Perrier é uma alusão a um médico chamado Louis Perrier – o primeiro a comercializar o produto.
- Chamado de A Marselhesa (La Marseillaise), o hino nacional da França foi composto em 1792 por um oficial do exército chamado Claude Joseph Rouget de Lisle. Recebeu esse nome por ter sido popular entre as unidades do exército de Marselha durante a Revolução Francesa.



Polacada

Curitiba é a segunda cidade fora da Polônia (a primeira é Chicago, nos Estados Unidos) com o maior número de descendentes de poloneses.

Duas guerras

A Guerra do Vietnã (1959-1975) durou 20 anos e teve a participação de 2,7 milhões de soldados norte-americanos. Mais de 600 mil norte-americanos fugiram dos Estados Unidos para não serem recrutados para lutar no Vietnã.

A Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988) matou mais de 1 milhão de pessoas e deixou mais de 2 milhões de feridos.



TREZE ANOS DEPOIS

O local está sendo reconstruído com cinco novos arranha-céus. Em 2011, apenas um havia sido concluído, os outros serão inaugurado até 2020

Em setembro de 2001 os jornais davam em manchetes que os atentados terroristas contra as Torres Gêmeas, em Nova Iorque, “mudaram o mundo em questão de horas”. No último dia 10, exatamente na véspera do 13º aniversário daqueles ataques, o presidente Barack Obama avisou ao mundo que a Força Aérea Norte-Americana, passaria a bombardear sistematicamente o chamado Estado Islâmico.

“O Estado Islâmico não é ‘islâmico’. Nenhuma religião concorda com a matança de inocentes, e a maior parte das vítimas desse Estado tem sido de muçulmanos”, disse Obama. “Ele não é reconhecido por nenhum governo e nem pelo povo que subjuga. O Estado Islâmico é uma organização terrorista, pura e simplesmente”. O que mudou é que há mais de uma década, os americanos e seus aliados continuam tentando liquidar terroristas que proliferam no Oriente Médio e se multiplicam em países miseráveis da África.

É uma espécie de continuidade da declaração de “Guerra ao Terror” feita pelo antecessor de Obama, o belicista George W Bush que, para destruir os terroristas da Al Qaeda, invadiu o Afeganistão, que os protegia. Pouco mais de 3 mil pessoas morreram de uma forma ou outra nos atentados que 19 muçulmanos em jatos comerciais com 40 mil litros de combustível explodiram nos dois edifícios. Outros milhares morreram por suas consequências. O choque de civilizações foi a primeira seqüela do 11 de Setembro: valores ocidentais e o fundamentalismo islâmico.

George W. Bush e Obama em mais de uma década da “Guerra ao Terror” consumiram US\$ 5 trilhões em ações militares, além de um desgaste moral. Foi criado um centro de detenção em Guantánamo, Cuba por exemplo, até hoje um espinho na garganta da nação que era arauto dos direitos humanos.

Viajar de avião virou uma via-crúcis. A segurança nos aeroportos foi reforçada e a inspeção de passageiros aumentou. A segurança americana imagina encontrar terrorista até em bateria de celular. Na internet dezenas de sites com teorias conspiratórias sustentam que os atentados foram uma farsa para garantir dividendos à indústria de guerra norte-americana.

Enquanto Obama reabre os bombardeios no Oriente Médio, o One World Trade Center, com 104 andares e cerca de 540 metros de altura e custo de US\$ 4 bilhões substitui as torres destruídas. E a vida e os bombardeios continuam.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br